

Bloco denuncia financiamentos milionários do Não

16-Jan-2007

O Bloco de Esquerda denunciou hoje que o conjunto dos movimentos do Não no referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez vai gastar 630 mil euros na campanha, mas conta apenas com uma receita de 80 mil euros. "O Bloco de Esquerda quer saber como conseguem os defensores dos julgamentos fazer o milagre de uma campanha de 630 mil euros com uma receita de apenas 80 mil", disse Jorge Costa, da Comissão Política. Os dados foram obtidos pelo Bloco a partir dos orçamentos fornecidos à Comissão Nacional de Eleições.

Veja a apresentação (powerpoint) sobre os gastos no referendo dos movimentos do Não e do Bloco. Ou faça o download em formato PDF

O Bloco de Esquerda apresentou também o seu próprio orçamento de campanha, com despesas no montante de 138 mil euros, que serão cobertas por uma contribuição de 120 mil euros provenientes da caixa central do partido e de 13 mil de angariações de fundos. O plano de actividades será "muito intenso", com comícios e iniciativas diárias.

"O Bloco de Esquerda vai dar tudo por tudo, não vai poupar esforços na campanha. Estaremos de corpo inteiro", afirmou Jorge Costa, pedindo a todos os movimentos do "sim" mais empenho.

"É possível fazer muito mais pela campanha do 'sim'. Está ainda muito por fazer", admitiu, insistindo que os movimentos a favor do "sim" precisam dar sinais de que estão "empenhados a 100 por cento" e que "não vão perder mais um minuto de campanha".

Quinta-feira,

o Bloco de Esquerda tem já preparada uma acção às 7h na TAP e dia 23 irá deslocar-se ao Metropolitano de Lisboa.

Relativamente às "acções de rua", para sexta-feira está prevista a primeira projecção de um "trabalho audiovisual" sobre o aborto no Rossio, em Lisboa.

Os comícios também

não ficam de fora na campanha, estando já agendados a partir de 1 de Fevereiro em Leiria, Lisboa, Entroncamento, Aveiro, Braga, Viseu, Coimbra e Porto.

Já neste sábado, o Bloco de Esquerda irá organizar uma conferência num hotel de Lisboa sobre "as implicações sociais, jurídicas e médicas da criminalização do aborto".